



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Departamento de Trânsito - DETRAN

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 321/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido ao Departamento de Trânsito - DETRAN, número SIC em epígrafe, sobre prazo de julgamento de recurso contra suspensão de Carteira Nacional de Habilitação.
2. Em resposta, foram fornecidas orientações acerca do processamento do recurso e de contatos para informações adicionais. Em sede de recurso hierárquico, o órgão informou não possuir os dados, por não realizar levantamentos estatísticos. Inconformado, o interessado apresentou recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição do artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em que pese a insatisfação do interessado, a análise do feito demonstra não ter havido negativa de acesso à informação. Com efeito, a solicitação indaga a média de dias para julgamento de recurso, sendo que o órgão demandado esclareceu não possuir a informação requerida, por não realizar levantamentos estatísticos dessa natureza.
4. Oportuno lembrar que as manifestações de órgãos públicos estão revestidas de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento administrativo já consolidado, inclusive desta Ouvidoria Geral. Ilustrativa, nesse sentido, também a Súmula nº 6/2015, aprovada pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações do Governo Federal: "INEXISTÊNCIA DE INFORMAÇÃO – A declaração de inexistência de informação objeto de solicitação constitui resposta de natureza satisfativa; caso a instância recursal verifique a existência da informação ou a possibilidade de sua recuperação ou reconstituição, deverá solicitar a recuperação e a consolidação da informação ou reconstituição dos autos objeto de solicitação, sem prejuízo de eventuais medidas de apuração de responsabilidade no âmbito do órgão ou da entidade em que tenha se verificado sua eliminação irregular ou seu descaminho".



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Por óbvio, não são exigíveis informações inexistentes, consoante o disposto no artigo 11, § 1º, inciso III da Lei nº 12.527/2011. Verifica-se, assim, que o posicionamento adotado pelo ente demandado encontra respaldo na legislação vigente.
6. Ante o exposto, considerando que o ente demandado afirmou não possuir as informações solicitadas, **conheço do recurso e nego provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, inciso III, da Lei, e nos termos do artigo 15º, § 1º, item 3 do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 23 de novembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

EMFS